

# A opulência de Brasília em Mogi

MOGI DAS CRUZES, SP — A mais de 1.000 quilômetros de Brasília, Mogi das Cruzes é uma típica cidade do interior paulista. Sua atividade principal é a produção hortifrutigranjeira. Mesmo assim, o município abriga um vasto pedaço da capital federal. O maior edifício da região, com quase 10.000 metros quadrados de área construída, pertence, por exemplo, ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social. É cinco vezes maior do que o da prefeitura.

Embora se destine ao atendimento dos beneficiários do INPS e do Iapás em Mogi, cuja população não chega aos 300 mil habitantes, o prédio tem o mesmo tamanho da sede do Ministério do Trabalho, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Na amplidão do edifício, perdem-se os 109 funcionários públicos que ali dão expediente durante metade do dia. Com a separação do Inamps, que agora pertence ao Ministério da Saúde, a assistência médica aos beneficiários do sistema, antes prestada num pequeno pronto-socorro, foi

parar no Hospital Luiza Pinho de Mello, cedido pelo deputado federal Bezerra de Mello (PMDB-CE), dono da Universidade de Mogi das Cruzes.

**Um juiz** — Ao lado deste faraônico edifício fica um outro apêndice dos poderes federais — a Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho. A moderna construção de dois andares em 1.200 metros quadrados de área construída, plantada num belo e bem cuidado jardim, serve para que um juiz e dois vogais, assessorados por 12 funcionários, se reúnam algumas vezes por semana para julgar os conflitos trabalhistas da cidade.

Abençoada por um clima excelente e terras férteis, Mogi das Cruzes é uma das principais abastecedoras das feiras livres e do Ceasa paulistano. Nada mais lógico, portanto, que o Ministério da Agricultura também montasse sua *embaixada* na cidade. E não houve economia. Numa área em que caberiam dois campos de futebol, com direito a arquibancada, instalaram-se três

espaçosos galpões da Cobal. Um para a chamada Rede Somar, destinado à venda direta dos agricultores aos consumidores e os outros dois para que os produtores da região negociem com os atacadistas de São Paulo.

“Não funciona uma coisa nem outra”, critica o vereador Pedro Komura. Os supermercados locais substituíram o *varejão* e a comercialização com os atacadistas acabou sendo organizada em outro local. “Não dá para trabalhar com quem passa o dia jogando baralho”, ataca o vereador, referindo-se aos funcionários públicos que, vinculados ao remoto comando de Brasília, não se sintonizam com a realidade local.

Por razões políticas, o ex-ministro Iris Rezende não aceitou a proposta de vender ao município o aparato federal ocioso. “Mas o ministro Antônio Cabrera está sendo bastante sensível à ideia”, diz Minoru Harada, secretário municipal de Agricultura.